

REFLEXÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA: INTERVENÇÃO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Thays Lenny Mesquita
Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC
thaysbaima@gmail.com

Romilson Moreira da Costa
Graduando no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC
romilsonmcosta@gmail.com

Arlane Ribeiro Braga
Graduanda no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC
arlane_ribeiro@yahoo.com.br

RESUMO

A presente investigação é oriunda de ação realizada durante experiência formativa na disciplina de Educação Especial, pertencente ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esta pesquisa tem como pretensão refletir sobre o trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais em seus aspectos legais e práticos, bem como entender a formação dos sujeitos para atuarem no Atendimento Educacional Especializado - AEE. Para os objetivos pertencentes a essa investigação, traz-se noções teóricas acerca do que o AEE segundo a Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional, discussões referentes ao público no qual o AEE se destina (MEC/SEESP, 2008) e percepções sobre a formação profissional necessária para atuar na sala de recursos multifuncionais, pertencente ao próprio AEE (DORZIAT, 2009). Além da pesquisa bibliográfica estes aspectos foram analisados por meio de uma pesquisa ação de cunho qualitativo realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Waldemar Barroso em Fortaleza/CE, onde os pesquisadores assumiram a sala de recursos para fazer intervenções pedagógicas e objetivavam os nutrir dos conhecimentos práticos com base na educação especial, no contexto da escola visitada. Conclui-se que o público da Educação Especial tem que ter uma atenção redobrada, pois cada um tem sua limitação, subjetividade, e por isso, a Educação Especial vem para proporcionar a esses alunos uma maior qualidade educacional.

Palavras-Chave: AEE, Formação, Prática Pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

A lógica do processo formativo em espaços formais de ensino perpassa por inúmeras inovações no que concerne ao atendimento de sujeitos com determinadas especificidades de atendimento. Tais peculiaridades devem ser observadas para que seu processo de ensino-aprendizagem seja minimamente qualitativo. Ao longo das décadas, principalmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, o atendimento educacional foi revisto em suas nuances mais profundas. Dentre as novas tomadas de decisões a partir de tal marco regulatório, deu-se início à criação do Atendimento Educacional Especializado nas esferas pública e privada, transformando o modo como os sujeitos com

necessidades especiais diversas foram tratados em suas características que lhes eram peculiares.

Tendo como base tal o que foi mencionado até então, dentro das experiências através da disciplina de educação especial, pertencente ao curso de pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC) buscou-se através de intervenções realizadas na sala de AEE de uma escola da rede pública municipal de ensino infantil e fundamental do município de Fortaleza, localizada em área periférica da cidade, relatar algumas impressões e experiências obtidas acerca do trabalho proposto. Tal investigação tem como principais objetivos: 1) Conhecer na prática o trabalho realizado na sala de AEE; 2) Realizar uma reflexão sobre a formação necessária para a atuação no AEE; 3) Iniciar o aprendizado do atendimento de alunos com necessidades especiais. Os sujeitos da pesquisa elencam-se por cerca de três (dois do sexo masculino e um do sexo feminino), sendo que, os dois meninos possuem Deficiência Intelectual (DI) e, a menina, possui surdez profunda.

De acordo com a resolução CNE/CEB nº4/2009, o AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. É sabido que os alunos com deficiência precisam de atendimento especializado para que possam—se desenvolver-se eficazmente. Nenhuma instituição formal de ensino está isenta de receber alunos com necessidades especiais, então se deve haver recursos pedagógicos, e de acessibilidade, para que tais alunos possam desenvolver-se em sua plenitude.

Dessa forma, antes da visita de campo foi realizado um estudo bibliográfico acerca da temática proposta. Almejando, nesta fase um breve estudo dos materiais: roteiro para desenvolvimento do estudo de caso, roteiro de entrevista para o professor da sala de recursos, que a professora nos disponibilizou para que nos ajudasse na construção do nosso planejamento, da nossa visita e das intervenções. O início das visitas se deu pela técnica da observação contínua do ambiente e, a partir da mesma, foram feitas anotações sobre o cotidiano da sala de aula pesquisada. A observação deu-se, mais precisamente, nos turnos da manhã, entre os horários de 08:00h as 11:00h. As observações foram anotadas em um diário de campo. Outra técnica utilizada foi a da entrevista na qual entrevistamos a professor do AEE, a fim de sabermos maiores informações a respeito do seu trabalho. Durante as entrevistas foram realizados questionamentos previamente elaborados, a fim de saber mais sobre o AEE, de como era o atendimento desses alunos.

Diante disso, depois das observações dentro da sala de aula, construímos o nosso plano de aula que norteou as intervenções. Assim a intervenção foi realizada com os sujeitos e

objetivava trabalhar a consciência interpretativa dos alunos, promovendo a interpretação de uma história em quadrinhos que abordava questões sobre o meio ambiente e do uso da água, esta atividade visava a interpretação dos quadrinhos proporcionando assim uma leitura melhor, já que a professora relatou que esse era uma das principais dificuldades desses alunos, fazendo em seguida uma interpretação oral do que haviam compreendido. Posteriormente, foi concedido a eles várias sílabas de palavras para formarem frases e palavras relacionadas ao texto por meio de um quebra cabeça de palavras móvel. A avaliação principal dessas atividades de seu com o intuito de analisar o progresso dos alunos conforme o alcance dos objetivos das atividades e a montagem do quebra cabeça. Por fim, foi feito um relatório acerca do material coletado, bem como uma reflexão sobre o que foi possível concluir com a intervenção. Assim, de posse de todo esse material, as respostas foram analisadas, a fim de alcançar os objetivos que nos propomos a responder na presente pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. O SIGNIFICADO DO AEE E O SEU PÚBLICO ALVO

Atualmente a Educação Especial é um tema frequente no sistema de ensino do país em qual vivemos, é a única modalidade que perpassa todos os níveis de educação no nosso país, é inegável o crescimento a cada dia do atendimento especializado nas salas de recursos das escolas de todo o Brasil. O AEE é previsto na Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN, (Lei 9.394/96), em seu inciso III Artigo 4º, no qual os alunos com necessidades educacionais especiais devem receber atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, legitimando assim a ação no sistema de educação brasileiro do Atendimento Educacional Especializado, com isso a LDBEN, é de suma importância, pois contém as leis que irão reger a Educação Nacional, citando artigos que falam sobre a Educação Especial. Contudo ainda existe uma lacuna muito grande acerca do que esta modalidade compreende, do público ao qual é destinada, aos profissionais que atuam nesta área e também quanto à educação que deve ser desenvolvida nesses espaços.

Desta forma, para esclarecermos estas questões de acordo com Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tal política tem por objetivo garantir o acesso, a participação, a aprendizagem e a continuidade do ensino. Nesse sentido o Ministério da Educação traça os objetivos acerca do atendimento educacional especializado – AEE:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva [...](MEC/SEESP, 2008, p.10)

O AEE é uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, desta forma percebe-se que o AEE é um serviço da educação inclusiva que ajuda a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos. As salas atendem alunos de inclusão de todas as unidades, concentradas nas escolas. A redação estabelecida no texto da LDB (Lei 9.394/96) direciona o atendimento educacional especializado a pessoas com necessidades educacionais especiais o que dá margem de interpretação a exceções sobre a inclusão de alunos na rede regular. Isto tem possibilitado especialistas e familiares orientar escolhas, nos casos mais complexos, buscando beneficiar o pleno desenvolvimento do aluno. Desse modo o Ministério da Educação especifica este público no que diz respeito a deficiências, necessidades e transtornos:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (MEC/SEESP, 2008, p.2)

Percebe-se que o público da educação especial é muito mais diverso do que é especificado na LDB e assim entendemos que o AEE deve propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência possa construir o seu aprendizado, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento, fazendo-o pensar, realizar ações em pensamento, de tomar consciência de que são capazes de usar a inteligência de que dispõem. Mediante a organização

prevista pelas orientações federais, devemos discutir sobre as atribuições do professor que atua no AEE a fim de refletir qual seria a formação desejada para o desempenho efetivo desse papel, ao qual explicaremos na seguinte sessão.

3.3 A FORMAÇÃO ADEQUADA PARA ATUAR NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL - SRM.

As atribuições do professor do AEE, definidas na Nota Técnica SEESP/GAB nº 11/2010 são bastante extensas e de grande responsabilidade. Dentre essas funções, a primeira delas diz respeito ao Plano de AEE. Cabe ao professor:

Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos. (BRASIL, 2010 p.04)

Além da elaboração, execução e avaliação do plano do AEE, o professor deve verificar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos utilizados, tanto na sala de recursos quanto na sala comum e nos demais ambientes da escola. Considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial, o professor do AEE deve produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, para que esses alunos possam superar os desafios vivenciados no ensino comum, tendo em vista os objetivos e as atividades propostas no currículo da turma em que o aluno está inserido (BRASIL, 2010).

De acordo com Mendes (2009), a política antes de definir os tipos de atividades a serem desenvolvidas no AEE, especifica primeiro aquilo que o professor não pode fazer ao dizer que “as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização” (BRASIL, 2008, p.16). Depois, a Política define as funções do professor do AEE que, posteriormente, foram mais detalhadas na Nota Técnica SEESP/GAV nº 11/2010:

Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento 12 curricular para as altas habilidades/superdotação; e

promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores. (BRASIL, 2010, p.05)

A partir do descrito, torna-se evidente a importância da formação do professor do AEE que deve abranger diversos e aprofundados conhecimentos. Dessa forma, entendemos que a formação desse professor, até o momento, não parece suficiente. Além dos conhecimentos específicos, acreditamos que seja necessário que:

[...] necessário que os cursos ou projetos de formação inicial e continuada, na modalidade presencial ou à distância, desenvolvam um olhar mais atento que supere os binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/escola especial, numa nova lógica de valorização das diferenças e questionamento da globalização hegemônica, visando à construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo. (DORZIAT, 2009, p. 10)

É preciso que as iniciativas de formação de professores acatem a pedagogia da diferença, desenvolvendo um olhar sobre os processos educacionais que acredite no princípio de que toda criança é educável e, nesse sentido, de que a deficiência, como uma característica individual a ser combatida, é mais uma invenção social, que justifica a seletividade e o preconceito; na possibilidade de uma escola que trabalhe de forma coletiva; na diferença como lógica, em que cada aluno é diferente um do outro, cada caso é um caso; no direito de todos à educação que melhor convier a cada um, em cada tempo e espaço, superando visões simplistas de igualdade.

Acreditamos, finalmente, que a formação do professor deva ser uma constante construção e reconstrução; conforme Severino (2001, p.142), “uma autêntica Bildung¹”, formação em sua integridade, superando uma habilitação apenas técnica, centrada no domínio de informações específicas e didáticas”. Entendemos, ainda, que a aquisição de competências e habilidades pelo aluno público-alvo da educação especial, está intimamente ligada ao apoio e orientação do professor para seu efetivo desenvolvimento; certamente, isto ocorre de forma mais intensa quando, a partir de sua formação, o professor alimenta sua própria capacidade reflexiva no trabalho em equipe. Desta forma na sessão seguinte refletiremos sobre um trabalho de pesquisa-ação no que diz respeito ao trabalho realizado na sala de recursos multifuncionais na Escola municipal Waldemar Barroso, tendo como base uma análise sobre o trabalho realizado na sala de recursos e a formação necessária para a atuação no atendimento educacional especializados iniciando assim o aprendizado do atendimento de alunos com necessidades especiais.

¹ Formação em constante construção e reconstrução.

3.4. O AEE NA PRÁTICA

Com os pressupostos anteriores visitamos a escola com o intuito de perceber a forma como o atendimento educacional especializado procede na escola, a prática docente que é realizada na instituição de ensino mediante a formação que a professora da sala de recursos possui, e ao final de tudo dê início a nossa prática no AEE com três alunos que são atendidos na escola. Em nossa primeira visita a Sala de Recursos Multifuncionais da escola, a professora Márcia nos relatou que a sala é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza, e que o AEE existe na escola há 17 anos, e que “tudo é difícil, mas algumas coisas chegam. Eles não se esforçam muito” (Diário de campo, 2016, p.1). A sala foi arranjada pela gestão, assim percebemos o pequeno espaço que ela possui, visto que a mesma comporta no máximo quatro pessoas. Há carência no que diz respeito a materiais pedagógicos, visto que notamos muitos jogos pedagógicos, porém poucos equipamentos adaptados para o público da educação especial. A professora citou que conseguiu um computador que lhe auxilia muito no trabalho com os alunos, mas este também foi arranjado no laboratório de informática da escola, pois a mesma não recebeu nenhum computador destinado a sala de recursos originado da prefeitura.

Apesar de toda dificuldade quanto à falta de materiais e ao restrito espaço que a sala possui, Márcia atende ao todo 19 alunos, distribuídos nos turnos manhã e tarde. Sabemos que segundo o MEC/SEESP (2008, p.10) o atendimento na SRM deve ocorrer no contra turno dos alunos que fazem parte do público da Educação Especial, porém nesta escola Márcia atende alguns alunos no mesmo turno das aulas regulares, visto que muitos deles têm dificuldade de ir durante o turno oposto porque moram longe e não é fácil locomover-se até ela e/ou porque passam por algum atendimento médico neste mesmo horário, desta forma a professora busca flexibilidade para com esses alunos, contudo entendemos que isso causa algumas falhas no Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva, em razão de que estes educandos perdem algumas aulas na sala regular, o que causa alguns ruídos na inclusão dos mesmos na sala de aula comum.

Quanto à formação de Márcia, ela nos relatou que é graduada em pedagogia, possui pós-graduação em educação especial e formação em AEE. Exerce a profissão há 17 anos e possui 21 anos no ambiente educacional. Seu interesse surgiu devido a uma proposta que lhe foi feita pela diretoria da escola na qual ela trabalha para atuar na área (Diário de campo 2016, p.1). Identificamos que Márcia quando começou a atuar na sala de recursos, não possuía nenhuma formação acerca desse atendimento, se interessando posteriormente por essa

formação devido a necessidade que sentiu para estar no AEE e os cursos iniciais oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação - SME, de formação inicial e continuada da área da Educação Especial.

De acordo com DORZIAT (2009) a formação do professor desta modalidade, até o momento, não parece suficiente, visto que estes cursos de formação oferecidos pelo município corroboram com o pensamento do autor no que diz respeito aos binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/escola especial, enquanto deveria-se oferecer uma formação de professores da Educação Especial contendo a pedagogia da diferença, voltada para a Escola das Diferenças, que é a escola das diferenças que é a que percebemos atualmente, pois ela sempre existiu, a pedagogia só conseguiu entender a diversidade escolar nos dias de hoje.

Ao final de toda esta análise foi realizada uma ação dos pesquisadores na SRM da instituição, com base nas orientações da professora que ministra a disciplina de Educação Especial, e as indicações da professora do AEE da escola. Objetivávamos dar início a nossa prática dentro da sala de recursos, atendendo o público da Educação Especial. Márcia nos indicou inicialmente dois alunos com os quais poderíamos trabalhar a primeira era Gabriela que é Surda, tem 12 anos e cursa o 6º ano do Ensino Fundamental - EF, o aluno outro é Marcos que possui Deficiência Intelectual - DI, devido a um tumor localizado entre os olhos na região da testa que foi retirado a mais ou menos 2 anos, tem 13 anos e está cursando atualmente o 7º do EF. No decorrer de nossa intervenção a professora da Sala de Recursos Multifuncionais solicitou que realizássemos a atividade proposta com outro aluno que chegou no meio de nossa intervenção e assim foi feito, este aluno é Diego que tem DI, Déficit de atenção e Bipolaridade, o aluno tem 14 anos e atualmente cursa o 8º ano do EF.

Inicialmente os sujeitos que iriam participar da ação pedagógica realizada por nós eram Gabriela e Marcos, Márcia nos orientou a realizarmos alguma atividade de leitura e interpretação de textos curtos, como tirinhas e/ou quadrinhos, visto que os dois possuem bastante dificuldade quanto a leitura e interpretação. Ao observarmos no segundo dia de visita a SRM da escola, identificamos uma atividade neste sentido da orientação da professora, porém utilizando-se da escrita a mão, o que fez-nos perceber que os alunos tinham bastante dificuldade de efetuar a atividade neste aspecto da escrita, desta forma prezamos por elaborar um atividade com leitura e interpretação de um quadrinho da Turma da Mônica, só que com um auxílio de um quebra cabeça de palavras desenvolvidos por nos pesquisadores, ponderando assim inicialmente a ideia de construção de palavras, para que posteriormente fossem exercitadas lentamente atividades de escrita na sala e recursos, pois primeiro os alunos precisavam organizar sua interpretação para depois transpor para o papel, e Márcia não

percebeu que os alunos inicialmente precisavam de um apoio para organizar sua interpretação do texto, para que paulatinamente fossem desenvolvendo a escrita de suas opiniões.

No terceiro dia realizamos a intervenção primeiramente com Gabriela e Marcos, percebemos que Gabriela formou frases e palavras sem dificuldade e quando perguntada o porquê que formou a frase ou a palavra ela justificava de acordo com as ideias do texto, tanto que ao finalizarmos esta atividade com a aluna e logo realizamos outra com um joguinho de formação de palavras em português e em LIBRAS que existia na sala, ela também conseguiu formar as palavras e sinalizar todas adequadamente pra nós em LIBRAS. Marcos teve bastante dificuldade em formar as palavras e frases, visto que ele conseguiu ler o quadrinho, mas pouco entendia acerca do que havia lido. Por meio de perguntas feitas por nós procurávamos instigar o aluno a fazer a interpretação correta, muitas vezes ele olhava para a gravura da tirinha e respondia de acordo com o que a ilustração mostrava, insistíamos e de tanto estimulá-lo ele conseguiu finalizar a atividade.

Nesta mesma atividade Diego leu a história da Turma da Mônica e o orientamos a resolver o quebra cabeça. O aluno mostrou bastante agilidade ao resolver a atividade proposta, e ao ser questionado sobre a formação da frase ou da palavra, respondia prontamente e corretamente aos pesquisadores. Porém percebemos que Diego diferentemente de Gabriela e Marcos tinha dificuldade para olhar nos olhos das pessoas, e ao finalizar a tarefa quando o aluno foi liberado, Márcia nos relatou alguns incidentes familiares que ocasionaram a sua bipolaridade, quanto a maus tratos de pessoas estranhas a família que Diego sofria, o distanciamento com o seu pai e um evento citado pela professora nos chamou atenção, o fato de o aluno já ter tentado tirar a vida de sua mãe. No mais, as atividades ocorreram de forma tranquila e todos os alunos conseguiram resolvê-la Gabriela e Diego não possuíram nenhuma dificuldade no desempenho da atividade, porém Marcos precisou de uma dedicação maior para finalizar o exercício.

6. CONCLUSÃO

Com o presente trabalho concluímos que quanto a Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Waldemar Barroso, o município precisa oferecer recursos adequados e materiais voltados para o Público da Educação Especial da instituição além de propiciar um espaço maior para o trabalho no AEE ser melhor desempenhado. Enfatizamos que esta atenção do município não deve se voltar apenas para

esta escola, mas também para todas as SRMs que são de responsabilidade dele, o atendimento de qualidade para com estes alunos é reconhecido por lei.

Quanto ao trabalho desempenhado no AEE da Instituição, afirmamos que ele é de ótima qualidade, mas isso se deve ao esforço que a professora desempenha quando aos Planos de AEE, aos estudos de caso dos alunos e a interlocução estabelecida por ela com o professor da sala comum. Neste ponto ressaltamos apenas o cuidado que deve ser assumido neste atendimento ao confundir o público da educação especial com alunos da sala comum, pois não pode ser exigido imediatamente um desempenho de um aluno com necessidade especial igual ao de um aluno dito normal, o que deve ser feito é um trabalho progressivo para que isso seja atingido.

Ao realizar a intervenção pedagógica no AEE, concluímos que o público da Educação Especial tem que ter uma atenção redobrada no que diz respeito a planejamento de atividades e a execução das mesmas, além do professor assumir a consciência que com esses alunos deve-se ter mais obstinação no desempenho das atividades, pois com preocupação e atenção totalmente voltada para o desenvolvimento dos procedimentos os resultados positivos vêm a tona. Por fim concluímos que deve-se ter mais cuidado médico no que diz respeito ao diagnóstico de alunos com necessidades, visto que uma análise errônea pode ocasionar ao aluno um tratamento educacional e clínico diferente do que é adequado à ele.

REFERÊNCIAS

_____. Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: SEESP/GAB, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

DORZIAT, A. Políticas e práticas inclusivas: estudo comparativo Brasil-Portugal. Relatório de Estágio Pós-Doutorado. Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa/Portugal: 2009.

MEC/SEESP, Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 2 de Julho de 2016.

MEC/SEEP, Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192> Acesso em: 2 de Julho de 2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação do professor e a Política Nacional de Educação Especial. V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: formação de professores em foco. São Paulo: 26 a 28 de agosto de 2009.

SEVERINO, Antônio J. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água, 2001.